

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

PAA adquiriu 3 milhões de toneladas de produtos em 10 anos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 01/10/2013.....	4
Relatório da ONU diz que uma em cada oito pessoas passa fome – Folha de São Paulo, Mundo. 01/10/2013	4
Em carta, MST e outras 37 entidades saem em defesa da Conab e criticam operação da PF. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 01/10/2013	6
Insegurança alimentar e obesidade ainda são desafios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/10/2013	10
Evolução de indicadores de segurança alimentar é destaque no Conselho – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/10/2013.....	11
Marcelo Crivella: O uso duplo da água – Folha de São Paulo, Opinião. 02/10/2013	12
No mundo, um em cada oito sofre com fome crônica. Demétrio Weber – O Globo, Mundo. 02/10/2013.....	13
MP quer mudar rito para aprovação de transgênicos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 03/10/2013.....	14
'Transgenia light' – Valor Econômico, Agronegócios. 07/10/2013	15
Governo financia modernização de Centrais de Alimentos do PAA em 12 estados – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/10/2013	15
Produtos básicos ainda 'patinam'. Fernando Lopes e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 10/10/2013.....	16
Mudanças nas tarifas de energia farão alimentos ficarem mais caros – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 11/10/2013.....	17
Biocombustíveis não devem comprometer segurança alimentar, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 14/10/2013	19
Manifesto de professores diz que PAA é "experiência fundamental" – Site do MST. 15/10/2013.....	20
Programa de Aquisição e Alimentos é referência internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/10/2013.....	23
Dia da Alimentação: Brasil é destaque internacional no combate à fome – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/10/2013.....	23
Governo pretende investir R\$ 782 milhões na compra e distribuição de leite – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/10/2013.....	26
Fortalecimento do campo é fundamental para manter a segurança alimentar brasileira – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013.....	27

Avanço no combate à fome e na inclusão social é fruto de decisão política – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/10/2013.....	28
Liberação de transgênicos estéreis na pauta – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2013.....	29
Aquisição de alimentos da Conab para composição de cestas passou de 5 mil t. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 18/10/2013.....	30
Suco comprado pelo governo fica em armazém impróprio. Fernanda Odilla e Filipe Coutinho – Folha de São Paulo, Poder. 19/10/2013	31
Consea pede veto a proposta que flexibiliza agrotóxicos – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). 21/10/2013.....	32
Costa do Marfim busca expertise brasileira em segurança alimentar. Mônica Simões – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 22/10/2013.....	33
Distrito Federal lança plano com diretrizes locais de segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/10/2013.....	34
MDA participa de encontro internacional que avalia os dez anos de transgênicos no País – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013.....	34
Produção de arroz, feijão, mandioca, laranja e algodão caíram em 2012. Alessandra Saraiva – Valor Econômico, Agronegócios. 25/10/2013	35
Liberação de transgênicos na mira do Ministério Público. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 28/10/2013.....	36
Produto da Monsanto é suspeito de aumentar casos de câncer na Argentina – Site do MST. 29/10/2013	37
Programa auxilia agricultor na utilização de agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/10/2013.....	39
Doação de Cestas de Alimentos beneficia 371 mil famílias carentes – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 29/10/2013.....	39

PAA adquiriu 3 milhões de toneladas de produtos em 10 anos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 01/10/2013

O Programa de Aquisição de Alimentos utiliza recurso do governo para ajudar a agricultura familiar ao mesmo tempo em que leva produtos saudáveis à pessoas em situação de insegurança alimentar, escolas públicas e instituições filantrópicas

Brasília, 1º – Mais de 3 milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar foram comprados durante 10 anos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e chegaram a quem mais precisa: pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de escolas públicas e instituições filantrópicas. Com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar local e de promover o acesso à alimentação adequada, o Programa – que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – vem se tornando uma ferramenta importante no combate à miséria no país.

O agricultor familiar Cliomarco Fernandes de Almeida, 50 anos, já foi beneficiário do Bolsa Família e, hoje, produz morango, beterraba, tomate, pimentão e cenoura em sua propriedade localizada em Brazlândia (DF). Parte da produção é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos. "O recurso do PAA dá garantia para o pequeno agricultor. Melhora tudo!", comemora o pai de duas filhas de 18 e 21 anos que fazem faculdade em Brasília.

"O mesmo recurso fortalece um seguimento importante para o desenvolvimento rural, que é a agricultura familiar, ao mesmo tempo em que abastece as necessidades do estado", comenta o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo de Campos. Para ele, a principal conquista do Programa de Aquisição de Alimentos foi uma mudança no comportamento do estado brasileiro, que não conseguia utilizar a compra pública como um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar.

Relatório da ONU diz que uma em cada oito pessoas passa fome – Folha de São Paulo, Mundo. 01/10/2013

O número de pessoas que sofrem com a fome no mundo caiu de 868 milhões em 2010-12 para 842 milhões em 2011-13, o que significa que uma em cada oito pessoas no planeta continua sem alimentos suficientes, destaca um relatório divulgado pela ONU.

O constante crescimento econômico nos países em desenvolvimento melhorou o acesso aos alimentos, destaca o relatório "A Situação da Insegurança Alimentar no Mundo", divulgado a cada ano em Roma pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

A região do mundo com maior número de pessoas que passam fome continua sendo a África subsaariana (24,8%), segundo o relatório.

A grande maioria das pessoas que passam fome vive em países em desenvolvimento, enquanto 15,7 milhões estão nos países desenvolvidos, segundo a FAO.

"O constante crescimento econômico nos países em desenvolvimento tem melhorado a renda e o acesso aos alimentos. Uma recuperação recente no crescimento da produtividade agrícola, apoiada pelo aumento do investimento público e o renovado interesse dos investidores privados na agricultura, melhorou a disponibilidade de alimentos", destaca o documento.

O estudo reconhece que em alguns países, incluindo vários da América Latina, as remessas dos imigrantes "desempenham um papel na redução da pobreza, levando a uma alimentação melhor e a progressos na segurança alimentar".

Os recursos também contribuem para estimular os investimentos produtivos dos pequenos agricultores.

Apesar dos progressos realizados em todo o mundo, "persistem marcadas diferenças na redução da fome" e na África subsaariana foram registrados apenas progressos modestos.

Também não foram observados avanços recentes na Ásia ocidental, enquanto Ásia meridional e África do Norte registraram um "lento progresso", destaca a FAO.

Na América Latina, na Ásia Oriental e no sudeste asiático foram registradas as "reduções mais importantes no número de pessoas que passam fome e de subalimentação", segundo a organização, com base em dados do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do PMA (Programa Mundial de Alimentos).

"Desde 1990-92, o número total de pessoas subalimentadas nos países em desenvolvimento caiu 17%, passando de 995,5 a 826,6 milhões".

A meta ambiciosa fixada em Roma em 1996 na Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA) --reduzir à metade em 2015 o número de pessoas com fome no mundo--, "não poderá ser cumprida a nível global, apesar de 22 países --inclusive o Brasil-- terem alcançado o objetivo ao fim de 2012", recorda a FAO.

"Para alcançar o objetivo da CMA, o número de pessoas com fome nos países em desenvolvimento teria que cair a 498 milhões em 2015, o que não será possível ao ritmo atual da redução", adverte a organização.

"A FAO, o FIDA e o PMA estimulam os países a fazer esforços adicionais substanciais e imediatos para cumprir com a meta", insiste a agência das Nações Unidas.

As conclusões e recomendações do relatório 2013 serão debatidas por representantes dos governos, da sociedade civil e do setor privado em uma reunião do comitê de segurança alimentar mundial que acontecerá de 7 a 11 de outubro na sede da FAO em Roma.

Em carta, MST e outras 37 entidades saem em defesa da Conab e criticam operação da PF. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 01/10/2013

O Movimento dos Sem-Terra e outras 37 entidades divulgaram carta aberta nesta terça-feira (1º) criticando a operação da Polícia Federal deflagrada há uma semana e que tem como alvo irregularidades no programa de aquisição de alimentos da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

"Os procedimentos da operação policial e sua divulgação contribuem para criminalizar as organizações da agricultura familiar e deslocam a atenção da sociedade da necessária apuração de irregularidades na execução do programa para um tratamento meramente policial de um programa fundamental para a realização do direito humano à alimentação", diz a carta.

Além de sair em defesa da Conab, a carta cita nominalmente os petistas investigados Valmor Luiz Bordin e Sílvio Porto, ambos diretores do órgão.

A PF investiga irregularidades num dos programas do Fome Zero, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que faz compra direta e doação simultânea para a agricultura familiar. De acordo com o delegado federal Maurício Todeschini, foi constatada a simulação de produção e compra de alimentos feitas pela Conab em diferentes cidades.

Há uma semana, a polícia deflagrou a operação, prendeu 11 pessoas, entre elas agricultores e o diretor de operações da Conab no Paraná, Valmor Luiz Bordin. Por decisão judicial, toda a cúpula do órgão no Paraná foi afastada. Ouvido pela PF, o diretor de política agrícola e informação, o petista Sílvio Porto, foi indiciado por quatro crimes. O ministro da Agricultura, Antonio Andrade, pediu à presidente Dilma Rousseff o afastamento desse diretor que, por ora, permanece no cargo.

A defesa de Porto afirma que o pedido dele para ter acesso ao inquérito foi negado porque a Justiça diz que o diretor não foi indiciado nem é investigado diretamente.

A PF, contudo, reitera que ele está indiciado por formação de quadrilha, peculato, estelionato e prevaricação. Informa ainda que não há necessidade de mandar ofício comunicando o indiciamento à Justiça - isso será feito somente quando a polícia concluir o inquérito ou pedir mais prazo para a investigação, como é de praxe.

"Não é justo não poder ter acesso aos autos até quando a PF concluir a investigação", afirma Claudismar Zupiroli, advogado de Porto. Segundo ele, os pedidos de afastamento e busca contra Porto feitos pela PF foram negados pela Justiça, por não haver "prova suficiente de seu envolvimento".

A PF, contudo, afirma ter indícios suficientes que atestam que Porto não apenas sabia das irregularidades como manteve no cargo o também petista Valmor, que já havia sido alvo de outra investigação da PF.

Filiado ao PT do Rio Grande do Sul desde 1995, Porto é próximo aos movimentos sociais e ao ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência). Na carta divulgada nesta terça, as entidades destacaram o trabalho dele à frente do órgão. "A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através da Diretoria de Política Agrícola e Informações, dirigida por Silvio Porto, tem cumprido papel determinante na efetivação do programa", afirma a carta das entidades às quais Porto mantém relação próxima. Ele está na Conab há 11 anos.

Confira a íntegra da carta:

Carta Aberta ao Governo e à Sociedade Brasileira sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

O Brasil tem realizado, nos últimos anos, avanços significativos na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) e na realização do direito humano à alimentação, com a superação da situação de pobreza e miséria de milhões de famílias e o fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido fundamental para a concretização destes avanços. O programa, que envolve vários ministérios, visa garantir a oferta de alimentos da agricultura familiar para grupos sociais em situação de insegurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, e garantindo o acesso a alimentos de qualidade para as pessoas mais pobres.

Graças ao seu sucesso no Brasil, comprovado por muitos estudos independentes e por muitos documentos de organizações beneficiárias, o PAA é reconhecido internacionalmente, e é referência para diversos programas similares em outros países, da América Latina e da África.

Atualmente o programa adquire alimentos de mais de 185 mil agricultores familiares, beneficiando 19.681 entidades receptoras dos alimentos, com a distribuição de 529 mil toneladas de alimentos por ano. O PAA já beneficiou, ao longo dos seus 10 anos, 2.352 municípios em todos os estados do Brasil.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através da Diretoria de Política Agrícola e Informações, dirigida por Silvio Porto, tem cumprido papel determinante na efetivação do programa.

Recentemente a Polícia Federal deflagrou a operação denominada de "agrofantasma", que investiga supostas irregularidades e desvios de recursos no programa. Tal operação chamou a atenção pelo aparato policial utilizado e pela repercussão desproporcional do fato nos meios de comunicação.

Tal operação resultou na detenção de 10 agricultores e do funcionário da Conab no Paraná, Valmor Bordin, bem como no indiciamento policial do Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, Silvio Porto.

Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil aqui representados repudiam os procedimentos utilizados, bem como a forma distorcida e pouco clara que as informações sobre a operação foram divulgadas por grande parte dos meios de comunicação. Vale destacar que mesmo o processo correndo em sigilo, alguns meios de comunicação contavam com informações privilegiadas no dia da realização da operação policial.

Os procedimentos da operação policial e sua divulgação contribuem para criminalizar as organizações da agricultura familiar e deslocam a atenção da sociedade da necessária apuração de irregularidades na execução do programa para um tratamento meramente policial de um programa fundamental para a realização do direito humano à alimentação. É importante salientar que estes mesmos canais de comunicação divulgam muito pouco ou quase nada os resultados positivos do programa em todas as regiões do Brasil.

O PAA é implementado há 10 anos, ao longo dos quais foram criados e aprimorados mecanismos de gestão e controle social do programa. Sua execução é acompanhada por centenas de conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional, assistência social e desenvolvimento rural.

A busca pela transparência e pela responsabilidade no trato do recurso público tem sido permanente nos espaços de gestão e acompanhamento do programa, seja no seu Grupo Gestor, Comitê Consultivo, ou no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Este aprimoramento tem se orientado pela transparência e pela busca da adequação de seus procedimentos à realidade da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais, segmentos da população que, embora responsáveis pela maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, foram historicamente excluídos das políticas agrícolas.

Defendemos a apuração de toda e qualquer irregularidade, da mesma forma que defendemos o amplo direito à defesa das pessoas que se encontram detidas e indiciadas. Manifestamos nosso repúdio à forma como a ação policial foi realizada, efetivando detenções de agricultores e funcionários da Conab que vinham colaborando com as investigações.

Os movimentos sociais e as organizações aqui representadas reafirmam a relevância do Programa de Aquisição de Alimentos e exigem sua continuidade e ampliação, nos marcos que vem sendo discutidos em suas instâncias de gestão e controle social.

Reafirmamos a importância da Conab como órgão executor do PAA e o nosso reconhecimento e plena confiança no seu Diretor de Política Agrícola e Informações, Silvio Porto, gestor público reconhecido pela sua ética e retidão no exercício da função pública e dotado de uma história de vida pública na área do abastecimento e segurança alimentar e nutricional que lhe confere idoneidade e capacidade técnica e gerencial para

a implementação e gestão do PAA. Repudiamos as tentativas de "linchamento" político dos gestores públicos da Conab e de lideranças de organizações beneficiárias.

Assinam:

AARJ - Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACTIONAID Brasil

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

ANA - Amazônia

ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região

AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia

APTA - Associação de Programas em Tecnologias Alternativas

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ

CÁRITAS Brasileira

CAA - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de MG

CENTRO ECOLÓGICO

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

ECONATIVA - Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte do RS e Sul de SC

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FESANS-RS - Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul

FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

FOSAN-ES - Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo

GESAN - Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP - Movimento Camponês Popular

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
Rede de Mulheres Negras pela Segurança Alimentar e Nutricional

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

SASOP - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais

UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

VIA CAMPESINA

Insegurança alimentar e obesidade ainda são desafios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/10/2013

Na abertura das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, secretário Arnoldo de Campos destacou a segurança nutricional promovida por programas como o Bolsa Família

Brasília, 2 – A insegurança alimentar e nutricional que ainda persiste em determinados segmentos da população e a obesidade são dois grandes desafios que devem ser enfrentados no Brasil, segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos. “Temos um duplo desafio: buscar aquele que não acessa o alimento e colocar todas as políticas públicas para que a gente elimine a fome como um todo e, por outro lado, construir uma grande campanha que combata essa doença que é a má alimentação”, destacou o secretário durante a abertura das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, na terça-feira (1), em Brasília.

Campos enfatizou, no entanto, que o país já tem muito o que comemorar e colhe, todos os dias, os resultados de um conjunto de programas, liderados pelo Bolsa Família, que permitiram a milhões de brasileiros o acesso à alimentação. “Nosso país, hoje, tem produzido indicadores que atraem a atenção do mundo. Outros países em desenvolvimento vêm ao Brasil olhar o que estamos fazendo”, destacou.

O número de pessoas que enfrentam a fome no Brasil caiu em quase 10 milhões de pessoas em 20 anos, revelam dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no evento. Entre 1992 e 2013, o número de cidadãos que passam fome no País foi reduzido de 22,8 milhões para 13,6 milhões de pessoas. A agência da ONU confirmou que o País, ao lado de cerca de 30 países, já atingiu as Metas do Milênio referentes ao tema há um ano do prazo limite.

O secretário lembrou, ainda, que o fortalecimento da agricultura familiar resultou em uma maior diversidade na produção em todo o país e ressaltou a importância de um sistema nacional de segurança alimentar integrado, com estados, municípios e sociedade construindo políticas públicas de maneira conjunta.

Comemorado no dia 16 de outubro, o Dia Mundial da Alimentação este ano tem como tema Sistemas Alimentares Sustentáveis para a Segurança Alimentar e Nutrição. A cerimônia realizada no Palácio do Planalto foi uma iniciativa da FAO, em parceria com MDS, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e Serviço Social da Indústria (Sesi). Ao longo do mês, o assunto será abordado em diversas ações.

Evolução de indicadores de segurança alimentar é destaque no Conselho – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 02/10/2013

Secretário apresenta balanço com resultados na redução da fome, da insegurança alimentar, da desnutrição e mortalidade infantil

Brasília, 2 – Uma evolução dos indicadores de segurança alimentar e nutricional e, principalmente, do aumento do poder de aquisição de alimentos. Esse foi o destaque do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, durante a reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), na manhã desta quarta-feira (2), em Brasília.

O secretário apresentou um balanço das ações do governo federal com relação ao consumo alimentar adequado, saudável e sustentável junto com a coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Patrícia Jayme. “Ainda há desafios para a plena realização do direito humano à alimentação no País, principalmente relacionados ao acesso a alimentos adequados e saudáveis”, lembrou.

O aumento do poder de aquisição de alimentos das famílias brasileiras de baixa renda – como o benefício do programa de transferência de renda e o poder de compra do salário

mínimo – tem resultado na redução da fome, da insegurança alimentar, da desnutrição e mortalidade infantil. A educação alimentar contribui na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como na valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução de desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável.

O secretário destacou a importância em facilitar o acesso a frutas e verduras, valorizar a cultura alimentar e promover o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Sobre os desafios relacionados ao consumo, afirmou que a solução não deve ser só governamental. “Para enfrentar os desafios relacionados ao consumo, num contexto de uma população cada vez mais urbanizada, globalizada e sem tempo, as iniciativas envolvem diversos setores e estratégias. A solução é intersetorial, não só governamental, mas também deve ser tratada com o setor privado”, finalizou.

Marcelo Crivella: O uso duplo da água – Folha de São Paulo, Opinião. 02/10/2013

Possuímos a maior reserva de água doce do mundo e mais de 8.000 quilômetros de costa. Ainda assim, metade dos nossos pescadores precisa da proteção do Bolsa Família e um terço deles do Brasil sem Miséria. Eis um paradoxo da conjuntura.

A reforma aquária é o enfrentamento e a garantia de que dessa crise sairemos, gerando emprego, distribuindo riqueza e contribuindo para a segurança alimentar do Brasil e do mundo, de maneira ambientalmente sustentável.

A reforma aquária é repartir as águas da União, e 0,5% basta para incluir milhões de brasileiros, sobretudo pescadores. Num lote aquícola não oneroso de cerca de 1 hectare, é possível produzir em tanques-rede 20 bilhões de quilos anuais de peixes de maneira sustentável --previsão que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) calcula para o Brasil.

Claro que há áreas onerosas para que os empresários possam estabelecer empresas-âncora, que apoiem os pequenos e com eles ganhem escala para disputar o mercado mundial de pescado, que hoje já é maior que o de suínos, o de aves e o de bovinos juntos.

Isso é um novo pré-sal, com a vantagem de nunca se exaurir.

Para isso, três medidas importantes foram implementadas. O lançamento inédito do Plano Safra da Pesca e Aquicultura com recursos de R\$ 4 bilhões; a desoneração do pescado, que passou a fazer parte da cesta básica; e a descomplicação do licenciamento ambiental em decisão quase unânime na última reunião do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

O Estado de São Paulo foi pioneiro na parceria do projeto com um decreto do governador Geraldo Alckmin simplificando o licenciamento ambiental, o que em

seguida foi adotado por outros Estados. Nesta semana, no Palácio dos Bandeirantes, entregamos áreas aquícolas em Ilha Solteira e nos reservatórios de Jaguará e Capivara, que vão dobrar a capacidade de produção de pescado de São Paulo, passando de 17 mil para 34 mil toneladas anuais.

Na última sexta-feira, no Mato Grosso do Sul, entregamos outorgas para empresários e pescadores de áreas aquícolas por 20 anos que vão dobrar a produção do Estado.

Estão disponíveis os editais para áreas aquícolas nos reservatórios de Serra da Mesa e Canabrava, em Goiás, Lajeado, em Tocantins, e Manso, em Mato Grosso.

A reforma aquícola proporciona, também, para os agricultores familiares, a oportunidade de incluir a aquícola conjugada com a agricultura. Imagine se, antes de regar a soja, milho, arroz, feijão ou algodão, por exemplo, os agricultores usarem essa mesma água para produção de pescado em tanque-escavado, aproveitando os excrementos metabólicos do peixe para hidrofertilizar o cultivo, aumentando a produção e ganhando dinheiro com um criatório de peixes de impacto ambiental zero. É o uso duplo da água.

Isso não entrou na conta da FAO, mas é nosso dever acrescentar essa dimensão de riqueza ao patrimônio da nossa geração e tornar o Brasil o maior produtor de pescado do mundo. O planeta tem 1 bilhão de obesos e 1 bilhão passando fome. Para ambos os grupos devemos dar peixe. E brasileiro, de preferência.

MARCELO CRIVELLA, 55, é engenheiro civil, senador licenciado pelo PRB do Rio de Janeiro e ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

No mundo, um em cada oito sofre com fome crônica. Demétrio Weber – O Globo, Mundo. 02/10/2013

Relatório da ONU diz que Brasil é um dos 62 países que atingiram meta de alimentação

BRASÍLIA — Um relatório divulgado na terça-feira pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) estima que uma em cada oito pessoas no planeta sofre de fome crônica, isto é, come menos do que deveria para desenvolver seu organismo e levar uma vida saudável. De acordo com o estudo, o problema atinge 842,3 milhões de pessoas, o equivalente a 12% da população mundial. A subnutrição concentra-se nos países em desenvolvimento, onde vivem 826,6 milhões nessa situação - 98% do total -, a maioria na Ásia e na África.

A FAO diz que o Brasil é um dos 62 países que já atingiram a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir pela metade a proporção de habitantes com fome crônica entre 1990 e 2015. A meta brasileira era diminuir o índice de subnutrição de 15% para 7,5%. Mas, segundo o relatório, a proporção de brasileiros com fome crônica já caiu para 6,9% no período que vai de 2011 a 2013. Na América Latina e no Caribe, a proporção de famintos caiu de 14,7% para 7,9% (a meta é 7,35%).

Em números absolutos, a FAO estima que o Brasil tenha 13,6 milhões de subnutridos. Em 1990, eram 22,9 milhões. Isso significa que o país ainda não atingiu outra meta internacional, mais ambiciosa, traçada na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996. Essa outra meta consiste em reduzir pela metade o número absoluto de malnutridos, também no período de 1990 a 2015. Para o Brasil chegar lá, terá que baixar para menos de 11,45 milhões o total de pessoas com fome crônica. Segundo a entidade, apenas 22 países já conseguiram isso.

25% com fome na África

O representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, diz que o mundo caminha para erradicar a fome nos próximos 20 anos. Ele enfatizou, porém, que apenas crescimento econômico não basta para isso e destacou que programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, desempenham papel importante.

- No mundo inteiro tem alimentos para todos. O problema é de distribuição e acesso.

Em termos mundiais, o relatório mostra que os países em desenvolvimento estão perto de atingir a meta dos ODM, que diz respeito à redução da proporção de subnutridos. Alcançar a outra meta está fora de questão. Em 1990, 23,6% da população das nações em desenvolvimento estava subalimentada, o que correspondia a 995 milhões de pessoas, ante 14,3% agora (826 milhões). A meta é 11,8%.

Em termos proporcionais, a África tem 24,8% da população em situação de fome crônica, quase uma em cada quatro pessoas.

MP quer mudar rito para aprovação de transgênicos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 03/10/2013

O Ministério Público Federal do Distrito Federal recomendou a suspensão das liberações comerciais de sementes transgênicas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O MP enviou um ofício ao órgão pedindo a suspensão das deliberações a fim de "garantir a participação da sociedade civil nas decisões". Os procuradores também investigam liberações já feitas pelo órgão.

A condição proposta pelo MP para a volta das deliberações é a realização de audiências públicas e estudos conclusivos a respeito do impacto dos transgênicos sobre o meio ambiente e a saúde humana. O procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes disse que a CTNBio deve cumprir a recomendação, mas que pode recorrer a ações judiciais caso a postura não mude.

O pedido do MP se apoiou em um relatório do Grupo de Estudos de Agrobiodiversidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (GEA/MDA). O grupo afirmou que a

liberação de organismos geneticamente modificados (OGMs) resistentes a defensivos agrícolas funciona como fator multiplicador do consumo de agrotóxico no Brasil.

No Brasil, a maior parte das lavouras tem uma modificação genética que as torna resistentes ao glifosato, que se tornou o defensivo mais consumido no país. Nos próximos anos, outros genes serão lançados a fim de estender essa resistência a outros produtos químicos.

Segundo o MP, a questão é "complexa" e os riscos precisam ser debatidos com a sociedade e o meio acadêmico. Lopes disse que a liberação comercial desses OGMs só é aceitável após uma avaliação aprofundada sobre os impactos diretos e indiretos que esse incentivo ao uso de agrotóxicos pode gerar no meio ambiente e no consumo humano.

"Se a sociedade civil solicitar uma audiência pública, a menos que seja um pedido injustificado, compete à comissão promover a discussão pública", afirmou o procurador.

Segundo o MP, estão sendo investigadas possíveis ilegalidades na liberação comercial, pela CTNBio, de sementes de soja e milho geneticamente modificadas para resistir aos agrotóxicos 2,4-D, glifosato, glufosinato de amônia e outros herbicidas.

Os processos relativos a essas possíveis liberações estavam na pauta da sessão da CTNBio do dia 19 de setembro e têm como beneficiárias empresas vinculadas a grandes multinacionais do ramo dos agrotóxicos, como Dow AgroSciences, DuPont do Brasil e Monsanto.

'Transgenia light' – Valor Econômico, Agronegócios. 07/10/2013

Pesquisadores como Marcos Machado, do IAC, apostam na cisgenia para driblar resistência aos transgênicos. Testes de campo com laranja mais resistente devem começar em breve.

Governo financia modernização de Centrais de Alimentos do PAA em 12 estados – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 09/10/2013

Investimento será de R\$ 81,8 milhões até 2014 e deverá beneficiar mais de mil municípios nas regiões Norte e Nordeste

Brasília, 9 – Os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Tocantins tiveram aprovadas as suas propostas de modernização das Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na

terça-feira (8), foi publicado o resultado final do Edital de Seleção Pública nº 1/2013, que analisou propostas de 14 estados no total.

O investimento para execução desses projetos será de R\$ 81,8 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 38 milhões serão pagos em 2013 e R\$ 43 milhões em 2014. Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, “o investimento vem reforçar ainda mais o caráter complementar das ações do governo federal de promoção da segurança alimentar e nutricional, sobretudo entre as pessoas mais vulneráveis social e economicamente.”

O edital tem por objetivo financiar a aquisição de equipamentos, materiais permanentes, material de consumo e veículos adequados para o transporte de gêneros alimentícios a serem utilizados nas unidades de recebimento e distribuição. As Centrais são locais que recebem alimentos oriundos da agricultura familiar, e a partir delas os produtos são destinados para entidades socioassistenciais, creches, escolas e outras.

De acordo com os projetos aprovados, o MDS estima que sejam atendidos 1.063 municípios das regiões Norte e Nordeste. O recorte geográfico do edital deveu-se ao fato de estar concentrado, nas duas regiões, maior número de agricultores familiares em condição de pobreza e maior incidência da população em extrema pobreza por domicílio. Além disso, mais da metade dos agricultores familiares que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estão no Nordeste (44%) e no Norte (8%).

Nos dias 21 e 22 de outubro, o MDS promoverá uma atividade, com a participação de quatro representantes de cada estado contemplado, onde serão repassadas as orientações para execução dos projetos.

Produtos básicos ainda 'patinam'. Fernando Lopes e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 10/10/2013

Potência na soja e com força crescente no milho, apesar da queda da área plantada com o cereal nesta safra, o Brasil caminha para se tornar um importador regular de produtos básicos como arroz e feijão, além do trigo. Para a dupla mais popular no prato do brasileiro, a Conab até estima incrementos das áreas plantadas e das colheitas em 2013/14, mas em geral pequenos e que não representarão mudanças de patamares em relação às últimas temporadas, marcadas por uma relativa estagnação.

Conforme a autarquia ligada ao Ministério da Agricultura, a área plantada com arroz deverá ocupar entre 2,391 milhões e 2,411 milhões de hectares. O limite inferior é exatamente a área que foi cultivada em 2012/13. A colheita está projetada em um intervalo entre 11,917 milhões e 12,029 milhões de toneladas, um aumento de até 2,4% na mesma comparação. Desde 2000/01, o volume variou de 10,386 milhões e 13,613 milhões de toneladas, com altos e baixos.

No feijão, a área ficará entre 3,134 milhões e 3,163 milhões de hectares em 2013/14 e a colheita, entre 3,215 milhões e 3,248 milhões de toneladas. Nesse caso o aumento poderá chegar a 14,7%, mas porque houve adversidades climáticas no ciclo passado que baixaram o volume ao menor nível da série histórica da Conab, iniciada em 1976/77. Em 2011/12, por exemplo, a produção brasileira de feijão foi de 3,262 milhões de toneladas, até então a mais magra.

Ocorre que, diante de um consumo doméstico relativamente estável, arroz e feijão estão perdendo espaço para culturas mais rentáveis, como soja e milho, e as medidas de incentivo testadas pelo governo nos últimos anos não têm sido capazes de quebrar essa tendência. Pelo contrário. Produtores do Rio Grande do Sul, maior celeiro de arroz do país, testam há pelo menos duas safras a semeadura de soja em áreas alagadas antes dedicadas ao cereal, com resultados favoráveis.

Como observou Alexandre Mendonça de Barros, da MB Agro, em recente entrevista ao Valor, a própria redução de terras disponíveis para plantio em Mato Grosso também limita a produção de arroz, já que a cultura normalmente era usada para a abertura de áreas novas de produção antes do início do plantio de soja. Mendonça de Barros está entre os especialistas do setor que projetam que o Brasil passará a importar regulamente arroz e feijão nos próximos anos, em que pese os reflexos dessa tendência sobre os preços domésticos dos produtos, que já passaram a pressionar os índices inflacionários com mais frequência.

Na safra 2013/14, as importações de arroz poderão alcançar 1 milhão de toneladas, como em 2012/13, e as exportações estão estimadas pela Conab também em 1 milhão de toneladas. No feijão, as importações poderão atingir 400 mil toneladas nesta safra, e as exportações chegarão a 50 mil.

Mudanças nas tarifas de energia farão alimentos ficarem mais caros – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 11/10/2013

Cerca de 1.500 produtores do Estado de Goiás que trabalham com irrigação receberão, em 24 dias, reajuste nos talões de energia de até 200%. Isso porque a Celg terá de se adequar ao decreto da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que prevê mudanças nas tarifas de energia para o setor de irrigação. É previsível o encarecimento, sobretudo, de alimentos como arroz, feijão e trigo.

Preocupados com a situação que atinge produtores e consumidores, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - FAEG realizou, na tarde desta quinta-feira (10), uma reunião com os envolvidos. Entre os presentes, o superintendente de comercialização da Celg, Leandro Chaves de Melo; presidente do Sindicato Rural de Cristalina, maior área irrigada da América Latina, Alécio Maróstica e o presidente da FAEG, José Mário Schreiner (foto abaixo), além de produtores goianos.

A situação é nacional, mas a federação goiana foi a primeira a se manifestar sobre o assunto. O objetivo agora é levar a indignação à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e debater os prejuízos com demais federações do país. Isto porque, a medida é divergente da atual realidade que envolve diminuição em áreas de plantio com o novo Código Florestal e demanda crescente por alimentos em todo o mundo.

O decreto, publicado em janeiro deste ano foi encaminhado à Celg no último dia 3 de setembro, mesma época em que são definidos os reajustes. Para os produtores, o peso foi maior devido à mudança na chamada Tarifa Verde que garantia desconto para quem realiza irrigação entre 21h30 e 6 horas da manhã. O objetivo inicial do benefício era contribuir com o meio ambiente e economizar água.

Insatisfação

“Grande parte da irrigação no país é feita com água da chuva, de forma sustentável. Onde temos uma safra, com a irrigação podemos ter três. Além disso, alguns alimentos só conseguem ser produzidos o ano todo com este sistema. Vivemos uma situação de demanda mundial crescente por alimentos e para suprir as necessidades precisamos de tecnologia. A tecnologia atual é o sistema de irrigação e quando falamos da energia elétrica, estamos falando de algo essencial. Este decreto é preocupante”, afirma José Mário.

Para o presidente, o decreto prejudica o crescimento do país e vai proporcionar um aumento desagradável ao consumidor final. “Todo mundo lembra quando o quilo do tomate chegou a R\$ 9 e a culpa não foi do produtor, foi de taxas e tarifas. Quando os novos preços de alimentos chegarem às prateleiras, é preciso saber de onde vem este aumento”, completou.

Presidente do Sindicato Rural de Cristalina, Alécio Maróstica explica que, em Cristalina, 50 mil hectares irrigados garantem movimentação de R\$ 950 milhões por ano. Em outros municípios sem irrigação, uma área seis vezes maior gera cerca de R\$ 640 milhões.

Sobrecarga do sistema elétrico

O uso da energia elétrica durante o período noturno evitava também uma sobrecarga no sistema elétrico. Com o fim do benefício, entretanto, os produtores devem diminuir a irrigação noturna já que ela não é diferenciada e traz ainda despesas trabalhistas como adicional noturno aos funcionários das propriedades.

Outra reclamação dos produtores e empresários da área de armazenagem durante a reunião foi o fato de o Estado sofrer com constantes quedas de energia. A notícia do aumento das taxas sem melhoria no serviço prestado causou indignação nos produtores. Paulo Carneiro Junqueira, gerente de armazenagem da Comigo, afirma que em apenas um dia 10 motores foram queimados este ano devido a quedas de energia. Em posse de

relatórios que comprovam as quedas, ele afirma que a situação está cada vez mais insustentável.

O superintendente de Comercialização da Celg, Leandro Chaves respondeu às reclamações dizendo que não é responsável por este setor e que as melhorias não dependem apenas de força de vontade da empresa. “Pagamos R\$ 50 milhões em indenizações e isso não é vantagem para a Celg. O problema é mais complexo do que parece e não pode ser resolvido de forma tão simples”, afirmou.

Área irrigada

Atualmente, apenas em Goiás, 260 mil hectares são irrigados e se o parâmetro for Brasil, esse número sobe para 4,5 milhões de hectares. A meta do governo federal era dobrar este número nos próximos 10 anos, mas o decreto da Aneel vai de encontro ao desejo inicial.

No Brasil, 80% do arroz é irrigado e a 3ª safra do feijão, que começa nos próximos dias, também é completamente irrigada. O aumento pode fazer com que a produção se torne inviável, diminuindo a oferta e causando, conseqüentemente, a elevação dos preços ao consumidor final.

Biocombustíveis não devem comprometer segurança alimentar, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 14/10/2013

SÃO PAULO - Depois de uma semana de debates, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS, na sigla em inglês), da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), divulgou um documento em que dá ênfase ao vínculo entre biocombustíveis e segurança alimentar. O comitê afirma que “deve ser uma preocupação prioritária no desenvolvimento de biocombustíveis a realização progressiva do direito de uma alimentação adequada para todos”.

A reunião do CFS ocorreu entre 7 e 11 de outubro, com 750 participantes e 130 delegações governamentais.

Após as discussões, o comitê sinalizou que o desenvolvimento dos biocombustíveis representa “tanto uma oportunidade como um risco para os aspectos econômicos, sociais e ambientais”, dependendo do contexto e das práticas. “Em alguns casos, a atual produção de biocombustíveis cria competição entre culturas com fins de alimentação”, acrescentou.

“Conclamamos os governos e outras partes interessadas para rever as políticas de biocombustíveis de acordo com avaliações equilibradas e base científica para revistar riscos a segurança alimentar”, disse o comitê.

Manifesto de professores diz que PAA é "experiência fundamental" – Site do MST. 15/10/2013

Na semana em que se comemora o "Dia Mundial da Alimentação", mais de 80 professores, pesquisadores e técnicos assinam manifesto público sobre o Programa de Aquisição de alimentos.

O manifesto considera que o PAA "consolidou-se como uma experiência fundamental nesse processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, possibilitando a aquisição, pelo poder público, com dispensa de licitação, de uma ampla diversidade de alimentos oriundos da agricultura familiar, que hoje são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de instituições socioassistenciais, equipamentos públicos de alimentação e nutrição (incluindo bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, entre outros) e escolas da rede pública e filantrópica de ensino".

Reafirma-se a importância do programa na promoção do Direito Humano à Alimentação que caracteriza-se por uma dinâmica permanente de diálogo com a sociedade civil e por um trajetória de aprimoramento de seus instrumentos de execução e controle social.

Também é reforçada a importância da CONAB e do trabalho desenvolvido pelo Diretor Silvio Porto nesses dez anos a frente da implementação do Programa.

Abaixo, leia o manifesto:

MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS, TÉCNICOS E PESQUISADORES SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Nos últimos dez anos o Brasil ganhou destaque no cenário mundial pela construção, em diálogo com a sociedade, de um conjunto inovador de instrumentos de políticas públicas voltados à erradicação da fome e da pobreza, e que figuram como parte integrante de um processo mais amplo de implantação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os efeitos positivos gerados por esse arranjo intersetorial de políticas foram essenciais para que os índices de pobreza e desigualdade caíssem de forma contínua ao longo da última década.

Segundo pesquisa recente publicada pelo IPEA, sugestivamente intitulada A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda, no Brasil, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados entre 2001 e 2011, enquanto que a renda dos mais pobres atingiu índices de crescimento equivalentes a 91,2% neste mesmo período (IPEA, 2012). Mesmo assim, como nos informa esta

mesma publicação, a desigualdade brasileira ainda figura como uma das 12 mais altas do mundo.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), institucionalizado em 2003, consolidou-se como uma experiência fundamental nesse processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, possibilitando a aquisição, pelo poder público, com dispensa de licitação, de uma ampla diversidade de alimentos oriundos da agricultura familiar, que hoje são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de instituições socioassistenciais, equipamentos públicos de alimentação e nutrição (incluindo bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, entre outros) e escolas da rede pública e filantrópica de ensino.

As compras públicas, anteriormente vistas como uma atividade dirigida ao consumo e controladas por um pequeno número de empresas, tornaram-se, com isso, uma ação promotora do desenvolvimento. Em 2012 o PAA atendeu, nas diferentes regiões do Brasil, a mais de 185.000 agricultores familiares e a milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Em função de seu caráter inovador, o PAA tornou-se objeto de pesquisa e monitoramento por parte de pesquisadores, nacionais e estrangeiros, de diferentes áreas. Foram inúmeros os trabalhos realizados analisando dados quantitativos, fornecidos pelos órgãos executores, mas também, via levantamentos de campo, entrevistando gestores públicos, agricultores familiares, representantes de associações e cooperativas participantes do programa, entidades sócio-assistenciais e pessoas beneficiadas pelas doações.

Essa intensa atividade de pesquisa permitiu captar vários efeitos positivos do PAA junto aos seus beneficiários, entre eles: a diversificação dos sistemas produtivos da agricultura familiar, a melhoria de renda das famílias de agricultores fornecedoras do programa, a ampliação de postos de trabalho no setor agrícola, a construção de novos mercados e a dinamização dos mercados locais e regionais, o incentivo a uma agricultura familiar de base ecológica, o fortalecimento das organizações locais e do tecido associativo das comunidades rurais, o fornecimento de produtos de qualidade a populações em situação de vulnerabilidade social, a ampliação do número de pessoas atendidas pelas entidades sócio-assistenciais, a qualificação dos serviços prestados pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, a promoção do desenvolvimento local e regional, entre outros.

Esses resultados encontram-se hoje sistematizados em diferentes publicações, relatórios de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Claro está que, como pesquisadores e técnicos, cumpre-nos abordar o programa com olhar crítico capaz de identificar suas insuficiências e necessários aprimoramentos com base em investigação rigorosa.

Essa tarefa tem sido facilitada pelo amplo acesso a todas as informações referentes ao programa que tem sido concedido aos pesquisadores tanto pelo Governo Brasileiro

quanto pelas organizações sociais, ao longo de todo esse esforço de investigação e avaliação, O PAA, nesse sentido, sempre primou pela transparência e publicização de informações.

Diante do quadro acima descrito, causa-nos estranheza o modo como tem sido conduzida e veiculada nos meios de comunicação, a chamada Operação Agrofantasma, que busca investigar presumidas irregularidades na operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos no estado do Paraná.

Defendemos, sem dúvida, a averiguação de toda e qualquer irregularidade relacionada ao PAA, porém, com amplo acesso às informações por toda a sociedade. Causa-nos, porém, profunda surpresa em ver agricultores, agricultoras e servidores públicos sendo presos sem que se conheçam com clareza os motivos, uma vez que são sujeitos sociais que se dedicaram na implementação dessa política.

Da mesma forma, surpreende o modo como o trabalho desenvolvido pela CONAB e pelo Diretor Sílvio Porto, nesses dez anos de implantação do PAA, têm sido referenciados na mídia, em reportagens marcadas por muitos adjetivos e pouca transparência, e que parecem revelar, antes de tudo, um profundo desconhecimento sobre o programa e sua importância para as populações mais pobres desse país.

Reforçamos aqui que a CONAB tem sido uma peça-chave na execução do PAA e demais políticas de combate à fome e à pobreza, constituindo-se como uma empresa de vital importância para o abastecimento agroalimentar brasileiro. Sílvio Porto, Diretor da DIPAI/CONAB, é conhecido, por sua vez, pelo seu comportamento correto como homem público, pelo seu comprometimento com o PAA e pela sua capacidade administrativa e técnica no campo do abastecimento e da segurança alimentar.

Reafirmamos, por fim a importância do PAA enquanto política pública promotora do direito humano a alimentação adequada e do desenvolvimento do país, conforme revelam os estudos realizados a seu respeito.

Consideramos que a ampla participação das organizações sociais é ferramenta fundamental em sua implementação, caracterizada por uma trajetória permanente de aprimoramento de seus instrumentos de execução e controle social.

Consideramos, ainda, que o Programa deve ter sua continuidade garantida, mantendo sua dinâmica permanente de diálogo com a sociedade civil e a ciência, no intuito de aprofundar seu caráter inovador e promotor de novas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais no Brasil.

Programa de Aquisição e Alimentos é referência internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 15/10/2013

Mais de 70 países da América Latina, Ásia e África demonstraram interesse em conhecer políticas de Segurança Alimentar e nutricional desenvolvidas no Brasil

Brasília, 15 – Uma experiência brasileira tem ajudado a combater a fome na África. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que naquele continente foi batizado como Purchase from Africans to Africa (Compras dos Africanos para a África, em tradução livre) – já é modelo para cinco países beneficiando 125 mil estudantes com alimentos produzidos por mais de 5 mil agricultores familiares.

Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que coordena o PAA, 75 países da América Latina, Ásia e África demonstraram interesse em conhecer as políticas brasileiras de Segurança Alimentar e Nutricional nos últimos 10 anos. “A chave de sucesso é a parceria entre as organizações de agricultores e aquelas que recebem os alimentos, pois permite que o recurso fortaleça a agricultura familiar ao mesmo tempo que promove a segurança alimentar”, destaca o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

O oficial de Políticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Adoniram Sanches Peraci, explica que o PAA tem duas grandes diferenças, se comparado às diversas políticas públicas existentes em outros países: “o vínculo com a política de compras públicas, na qual o Estado pode apoiar os mais excluídos neste importante momento de aprendizado de como se relacionar com o mercado; e o foco nas pessoas que estão superando a linha de pobreza.”

A chefe da Assessoria Internacional do MDS, Cláudia Maciel, além do PAA África, dos seminários internacionais e projetos de cooperação técnica com outros países, outra iniciativa merece destaque. “O Fundo Brasil/FAO para a América Latina e Caribe promove a cooperação internacional em programas de segurança alimentar e nutricional junto a 10 países da região: Bolívia, Peru, Paraguai, Equador, Colômbia, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Antígua e Barbuda.”

Dia da Alimentação: Brasil é destaque internacional no combate à fome – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/10/2013

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o país reduziu a fome em 54% em 20 anos

Brasília, 16 – Reforçar o pacto global para erradicar a fome – que hoje atinge cerca de 870 milhões de pessoas no mundo – e garantir o direito humano à alimentação adequada é o objetivo que une a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e mais de 150 países, entre eles o Brasil, que comemoram nesta quarta-feira (16), o Dia Mundial da Alimentação.

Neste ano, o tema escolhido para celebrar a data é Pessoas saudáveis dependem de sistemas alimentares saudáveis. Nos estados e no Distrito Federal, a data será lembrada com atividades realizadas durante toda a semana. Em Brasília, prossegue até quinta-feira (17) a Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, promovida pelo governo federal, com o objetivo de discutir o futuro do Brasil rural.

Durante a conferência, será lançado, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê ações voltadas ao fortalecimento da agricultura sustentável. O evento terá a presença do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos.

As comemorações incluem ainda simpósios e seminários nos estados, audiências públicas e campanhas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Na Bahia, por exemplo, será lançada a campanha de Doação de Vidros para o Banco de Leite, do Instituto de Perinatologia da Bahia (Iperba). Na Paraíba, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizará feira ecológica e apresentação de trabalho sobre hortas escolares com a participação de 150 jovens. A programação visa despertar a reflexão sobre a importância da segurança alimentar para a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Estatísticas – Relatório divulgado neste ano pela FAO revela que a redução da fome no Brasil foi de 54,3% nas últimas duas décadas. Os dados apresentam uma redução de brasileiros subnutridos de 15% para 6,9% da população nesse período. Esse progresso permitiu ao país ser incluído na lista de nações que alcançaram antecipadamente a meta dos Objetivos do Milênio da ONU de reduzir pela metade o número de pessoas com fome até 2015.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE mostram que houve aumento dos domicílios que receberam alimentos em quantidade e qualidade suficiente entre 2004 e 2009. E o número de lares com algum grau de insegurança alimentar caiu de 34,9% para 30,2% nesse mesmo intervalo de cinco anos.

O aumento do poder de aquisição de alimentos pelas famílias brasileiras é outro indicador positivo. Pesquisa realizada neste ano pela Universidade de São Paulo (USP) – com base na Pesquisa de Orçamento Familiar de 55,9 mil brasileiros – concluiu que o impacto do Bolsa Família em domicílios de baixa renda promoveu maior gasto per capita com alimentação e maior disponibilidade de alimentos in natura.

Reconhecimento – A FAO atribui o progresso brasileiro a um conjunto de fatores: priorização das políticas de proteção social, como o Bolsa Família; ações do Plano Brasil Sem Miséria; inclusão do direito à alimentação na Constituição Federal; criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o fortalecimento da agricultura familiar, entre outros fatores. Nos últimos 10 anos, o Brasil conseguiu retirar 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza.

Além disso, o Brasil também se destaca por incluir a sociedade civil no processo de construção de políticas públicas voltadas à segurança alimentar. Um ponto positivo, nesse sentido, é a composição do Consea, formado por dois terços de representantes da sociedade civil e por um terço de representantes do governo.

Desafios – Para identificar o número de famílias que ainda se encontram em situação de insegurança alimentar, o MDS acaba de firmar parceria com o IBGE para que a PNAD inclua um recorte sobre segurança alimentar nos levantamentos realizados nas residências. Segundo o secretário Arnaldo de Campos, o Brasil conseguiu desenvolver uma política de promoção ao acesso ao alimento e ao fortalecimento da agricultura familiar, que permitiu ao país cumprir metas e alcançar resultados antes do tempo previsto.

“Mas existem ainda desafios que exigem esforços para garantir acesso adequado àqueles que ainda têm dificuldade de se alimentar regularmente e de maneira adequada”, acrescenta. Arnaldo alerta que combater a obesidade e conscientizar a população sobre os benefícios da alimentação correta também fazem parte das ações do governo para garantir segurança alimentar e nutricional.

Garantir o acesso à água para consumo e produção de alimentos também faz parte da política nacional de segurança alimentar. A meta do programa Água para Todos, criado em 2011, é a construção de 370 mil cisternas no Semiárido até o final de 2013 e de chegar a 750 mil cisternas na região até 2014. Ao todo, o programa investirá cerca de R\$ 5 bilhões para universalizar o acesso à água para populações residentes em comunidades rurais, a maioria no Nordeste.

PAA é principal estratégia do governo federal

A principal estratégia do governo federal, dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Criado em 2003, ele consiste em compras governamentais de alimentos diretamente dos agricultores familiares, com procedimento simplificado e com preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais.

O PAA é implementado por meio de cinco modalidades: Compra Direta; Formação de Estoque; Compra Direta com Doação Simultânea; PAA Leite- incentivo à produção e ao consumo do leite (que desempenha importante papel na cadeia do produto, sobretudo no Nordeste); e Compra Institucional. As ações do programa são realizadas em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e com governos estaduais e municipais.

Os produtos adquiridos com recursos do governo federal são encaminhados para escolas públicas e entidades pertencentes à rede socioassistencial – restaurantes populares, cozinhas comunitárias, creches, associações, bancos de alimentos – e para famílias em situação de vulnerabilidade. Além de fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego e renda e fortalecendo o comércio local, o programa distribui alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar, matando a fome de quem precisa.

Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2013:

R\$ 5 bilhões investidos pelo governo federal

R\$ 1,2 bilhão a ser investido na safra 2013/2014

50% dos agricultores familiares que vendem seus produtos para o PAA estão no Cadastro Único

1,2 milhão de agricultores familiares beneficiados nos últimos 10 anos, representados por 190 mil famílias de baixa renda

92 milhões de pessoas de baixa renda receberam os alimentos do PAA

Cerca de quatro milhões de toneladas de alimentos comprados

580% de crescimento dos investimentos no programa pelo governo federal: recursos saltaram de R\$ 143 milhões, em 2003, para R\$ 970 milhões, em 2012

190 mil escolas públicas e filantrópicas foram beneficiadas pelo PAA

45 milhões de alunos matriculados na rede pública recebem alimentos do PAA

20 mil entidades receberam alimentos doados pelo PAA em 2012

Governo pretende investir R\$ 782 milhões na compra e distribuição de leite – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/10/2013

Edital publicado nesta quarta-feira (16) abre prazo até dia 25 para que Minas Gerais e os nove estados do Nordeste formalizem novos convênios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de Incentivo à Produção e Consumo de Leite

Brasília, 16 – O governo federal pretende investir, até o final de 2015, R\$ 782 milhões na aquisição de leite produzido por agricultores familiares para distribuição a famílias em situação de vulnerabilidade, nos nove estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais. Edital publicado nesta quarta-feira (16) no Diário Oficial da União abre prazo até o próximo dia 25 para que os dez estados formalizem novos convênios do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA-Leite). Os novos convênios visam dar continuidade às ações que são desenvolvidas nestes dez estados.

Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), essa modalidade foi criada para contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e também para incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. O MDS repassa, por meio dos convênios, recursos financeiros para os governos estaduais. A eles, cabe contratar os laticínios que são responsáveis por receber, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite até os

pontos de distribuição – locais onde as famílias beneficiadas retiram sua cota diária de leite.

Instruções – Os estados que desenvolvem as ações do PAA-Leite devem cadastrar suas propostas no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV). Após a habilitação, os gestores terão até o dia 6 de novembro para enviar os documentos listados no edital e para corrigir eventuais inconsistências na proposta final. A formalização do convênio dependerá, também, da aprovação do Plano de Trabalho pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) do estado, com a apresentação da ata de aprovação do projeto ou de resolução acompanhada de sua publicação.

Os convênios terão vigência de 21 meses, podendo ser prorrogados. Durante a execução, os estados devem inserir relatórios mensais e trimestrais no sistema, informando dados operacionais de funcionamento do programa.

Fortalecimento do campo é fundamental para manter a segurança alimentar brasileira – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/10/2013

Nos últimos 20 anos, o índice de brasileiros que passam fome obteve uma redução significativa de 40%. O número caiu de 22,8 milhões para 13,6 milhões de pessoas. Com isso, o País alcançou antecipadamente as Metas do Milênio previstas para 2015, em termos de combate à fome, de acordo com dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no início deste mês. Na avaliação do Governo Federal, a redução é resultado do fortalecimento da agricultura familiar nacional.

A situação permite ao Brasil celebrar nesta quarta-feira (16), o Dia Mundial da Alimentação, que tem como mote: Pessoas saudáveis dependem de sistemas alimentares saudáveis. "Nos últimos anos, tivemos políticas específicas para a agricultura familiar, com recursos próprios, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e o próprio Plano Safra da Agricultura Familiar. Esse conjunto de ações econômicas e sociais tornaram o Brasil uma referência mundial, o que nos permite comemorar hoje o Dia Mundial da Alimentação", afirma o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

Ainda de acordo com o relatório, o Brasil conseguiu reduzir também a quantidade de subnutridos entre 1992 e 2013, de 15% para 6,9% da população. Parte da conquista foi obtida com a execução de iniciativas de compras institucionais, como o PAA e Pnae. As iniciativas adquirem alimentos dos agricultores para encaminhá-los às entidades socioassistenciais, famílias em situação de vulnerabilidade social e escolas da educação básica.

"O Brasil, hoje, é um caso de sucesso no mundo por ter conseguido, praticamente, erradicar a fome no País em poucos anos. Isso só aconteceu devido a um conjunto amplo de políticas públicas, que passa pelo programa Bolsa Família, pelas políticas públicas de geração de emprego, salário mínimo, e também pelas políticas de fortalecimento da agricultura familiar, um ativo do Brasil. O País tem agricultores familiares em todos os cantos e permite ter oferta de alimentos em, praticamente, todos os municípios", ressalta o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos.

Ambas articuladas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), essas políticas de compras auxiliam a estruturação e a organização produtiva de milhares de agricultores familiares. No município de Dracena, no interior do estado de São Paulo, por exemplo, as 180 famílias de agricultores que integram a Associação dos Produtores Rurais do município comemoram as comercializações de verduras, hortaliças e frutas para o PAA e Pnae.

"Os produtores familiares vivenciam os dois lados dos programas: vendem os alimentos para o governo e, ainda, sabem que são os próprios filhos ou alguém da família que estão consumindo. Isso consolida o fortalecimento da política", pontua a agricultora familiar e presidente da associação, Gislaine Oliveira dos Santos.

Avanço no combate à fome e na inclusão social é fruto de decisão política – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/10/2013

Ministra Tereza Campello destaca que o Bolsa Família e o apoio à agricultura familiar, por meio do Programa Cisternas e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são as principais estratégias para o crescimento sustentável e inclusivo

Brasília, 17 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, atribui a uma decisão política do governo o avanço alcançado pelo Brasil nas agendas de alimentação saudável, inclusão social e superação da miséria. “Políticas públicas têm que continuar a ser construídas para avançar o país”, disse a ministra, durante cerimônia do Dia Mundial da Alimentação, na noite desta quarta-feira (16), na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Brasília.

Tereza Campello falou sobre as ações de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural e destacou o Programa Cisternas, que tem a meta de construir 76 mil equipamentos de captação e armazenamento de água para a produção agrícola no Semiárido, e citou também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que, em 10 anos, já adquiriu mais de 3 milhões de toneladas de alimentos da agricultura familiar, com investimento federal de R\$ 5 bilhões. Segundo a ministra, além de combater a fome no país, o PAA fortalece a agricultura familiar e a economia, o que faz dele

referência de política pública a outros países como Moçambique, Senegal, Etiópia, Malauí e Niger.

Combate à pobreza – Nesta quinta-feira (17) também se celebra o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, data estipulada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na avaliação da ministra, o Brasil tem muito o que comemorar. Ela ressaltou que o programa Bolsa Família trouxe avanços no combate à extrema pobreza e um impacto positivo para a economia do país.

Estudo divulgado nesta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que cada real investido no Bolsa Família gera um crescimento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e tem um efeito multiplicador de R\$ 2,40 no consumo final das famílias que recebem o benefício. “Temos que superar a fome no Brasil e, por isso, construímos políticas públicas efetivas, garantindo que pobres tivessem renda e acesso a alimentos. O Bolsa Família viabilizou que essa população pudesse ter recurso e ela utiliza esse dinheiro prioritariamente para comprar alimentos”, enfatizou Tereza Campello.

O representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Alan Boianitch, ressaltou que, graças a suas políticas públicas, o Brasil cumpriu antecipadamente a meta estipulada pela ONU de redução de 50% da fome até 2015. “Tenho certeza de que, no futuro, o Brasil será o celeiro do mundo. Na última década o país se tornou referência para o mundo no combate à fome e no diálogo aberto”, disse Boianitch na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Plano Nacional – A construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário é o tema da Conferência, que reúne em Brasília agricultores familiares, assentados da reforma agrária, camponeses, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, mulheres, jovens, representantes do poder público e da sociedade.

O evento é organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Nesta quinta-feira (17), último dia da Conferência, a presidenta da República, Dilma Rousseff, lança o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que prevê ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Liberação de transgênicos estéreis na pauta – Valor Econômico, Agronegócios. 17/10/2013

Por De Brasília

O Congresso Nacional voltou a defender o lobby das empresas de transgênicos e vai discutir a liberação da tecnologia "Terminator", que gera sementes estéreis, incapazes

de serem aproveitadas pelos agricultores em mais de uma colheita. Outros projetos também buscam acabar com a obrigatoriedade de rotular alimentos com ingredientes transgênicos.

Atualmente, diversos projetos de lei (PL) tramitam em diferentes estágios no Congresso. Os dois principais são os 5575/09 e 268/07 da Câmara dos Deputados, que tramitam em regime de urgência. Ambos pedem a liberação do uso sementes estéreis, prática proibida no Brasil pela Lei de Biossegurança de 2005.

O PL 5575/09, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP), além de permitir a produção de sementes "Terminator", mais conhecidas como Tecnologias Genéticas de Restrição do Uso (em inglês, GURTs), ainda quer proibir o uso do símbolo de transgênico na rotulagem das embalagens de alimentos. A alegação usada para justificar a não rotulagem de transgênicos é que o símbolo escolhido para isso lembra algo perigoso.

Na explicação da lei, o deputado afirma que rotulagem não pode ser confundida com segurança. "Rotulagem é direito à informação. Somente os OGMs considerados plenamente seguros pela CTNBio [Comissão Técnica Nacional de Biossegurança] para saúde humana, animal, vegetal e ambiental poderão ser comercializados. Se o OGM não for seguro, não será colocado no mercado e conseqüentemente, não haverá rotulagem", diz trecho da justificativa anexada ao PL.

O PL 268/2007, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR), quer autorizar a tecnologia "Terminator" quando esta se aplicar a plantas biorreatoras, que nada mais são do que espécies modificadas para produzir proteínas ou substâncias destinadas (principalmente) ao uso terapêutico ou industrial. O problema vai além, essa categoria nem mesmo existe na Lei de Biossegurança nº 11.105/05. O PL estava na pauta de ontem da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), mas não foi deliberado.

Outros dois projetos querem acabar com a rotulagem dos alimentos transgênicos. O PL 4148/2008, de autoria do deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), e o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 90/2007, de autoria da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que tramita no Senado. (TV)

Aquisição de alimentos da Conab para composição de cestas passou de 5 mil t. Antônio Marcos da Costa – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 18/10/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu, esta semana, por meio de leilões de compra, mais de 5 mil toneladas de alimentos para a composição de cestas que fazem parte da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (ADA). A ação é coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizada pela estatal. As aquisições ocorreram nos dias 16 e 17.

Entre os grupos de beneficiários estão: famílias acampadas, povos indígenas, comunidades de quilombos, de terreiros, famílias atingidas pela construção de barragens, pescadores e moradores de municípios que estejam em situação de emergência ou calamidade pública. Essa operação vem sendo executada desde 2003 e nasceu de uma parceria firmada entre a Conab e o MDS, de quem a Companhia recebe os recursos.

Na quarta-feira (16) foram adquiridos os seguintes produtos: feijão (1.458 t), fubá (157 t), flocos de milho (314 t), farinha de mandioca (925 t) e óleo de soja (932.860 latas). No dia seguinte, as compras foram de açúcar (1.537 t), farinha de trigo (21 t), macarrão (477 t) e novamente feijão (156 t).

Suco comprado pelo governo fica em armazém impróprio. Fernanda Odilla e Filipe Coutinho – Folha de São Paulo, Poder. 19/10/2013

Investigada por desvios de recursos e fraudes no Fome Zero, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) mantém mais de 100 mil litros de suco de uva de um dos principais programas sociais do governo em ambiente inapropriado de um armazém de Curitiba.

O local está com atividades operacionais "paralisadas" e apresenta condições "desfavoráveis de conservação", segundo relatório interno da própria Conab, de 15 de outubro, assinado pelo diretor de operações, Marcelo Melo, e encaminhado à superintendência do órgão no Paraná e à corregedoria.

No relatório, Melo determina a remoção imediata de 117 mil litros de suco de uva para uma unidade "adequada tecnicamente" e a abertura de procedimento para apuração de responsabilidade "visto a inobservância das boas práticas de conservação".

"Esta operação de armazenagem está em condições desfavoráveis à boa guarda do produto, visto que o ambiente em que o mesmo está depositado não é apropriado para tal fim", diz o diretor.

Melo não detalha as condições desfavoráveis, mas aponta que o local está com "atividades paralisadas".

A superintendência da Conab em Curitiba é o principal foco da investigação da Polícia Federal, que conseguiu na Justiça o afastamento de toda a cúpula do órgão no Paraná durante a Operação Agro-Fantasma.

A operação foi deflagrada pela PF no final de setembro depois de terem sido identificadas fraudes no Programa de Aquisição de Alimentos.

A aquisição do suco de uva é parte desse programa que prevê a compra de produtos da agricultura familiar pela Conab e a distribuição a entidades assistenciais indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Em 2012, a Conab acertou a compra de 5,5 milhões de litros de sucos engarrafados com cinco cooperativas gaúchas por R\$ 2,90 o litro. O governo federal aplicou cerca de R\$ 16 milhões nessa operação. Metade do suco adquirido já foi entregue e distribuído no Paraná, além de Santa Catarina e São Paulo.

No Paraná, os sucos estão armazenados em quatro cidades. Na capital, o armazém está com as câmaras refrigeradas desligadas desde dezembro de 2012 e não registra movimentações de mercadorias de terceiros há dez meses. Um edital de venda do imóvel chegou a ser lançado este ano, mas foi suspenso.

Ainda assim, o suco de uva está lá desde junho e a previsão do órgão é manter garrafas no local até dezembro.

Consea pede veto a proposta que flexibiliza agrotóxicos – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). 21/10/2013

Maria Emília defendeu com veemência que o país adote um plano para reduzir o uso de agrotóxicos, tendo em vista que o Brasil é o maior consumidor mundial.

Na última quarta-feira (16/10), em ato de celebração ao Dia Mundial da Alimentação, em Brasília, a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Maria Emília Pacheco, defendeu o veto ao artigo 53 do Projeto de Lei de Conversão nº25/2013.

O dispositivo do artigo concede ao Ministério da Agricultura, poderes que subjugarão as competências de órgãos como a Anvisa e o Ibama, flexibilizando normas de controle já definidas, disse ela, se referindo às leis 8.171/91 e 7.802/89 e ao decreto 5.741/06.

No jargão político, o referido artigo é conhecido como emenda frankenstein, por não ter relação com o objeto da proposta. O projeto trata de outro assunto, ou seja, a autorização para que a Conab contrate o Banco do Brasil para a gestão de armazéns agropecuários.

O discurso foi feito em ato solene na Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ocorrido na semana passada, em Brasília. Após sua fala, a presidenta do Consea foi aplaudida de pé por cerca de 1,5 mil participantes do evento.

Maria Emília defendeu com veemência que o país adote um plano para reduzir o uso de agrotóxicos, tendo em vista que o Brasil é o maior consumidor mundial. Em lugar de nos mantermos como campeões de uso de agrotóxicos que contaminam nossos

alimentos e agridem nossa saúde, defendemos com veemência uma Proposta de Plano Nacional de Redução de Uso de Agrotóxicos.

Ela reafirmou propostas do Consea já deliberadas na 4ª Conferência Nacional, realizada em novembro de 2011, em Salvador. Defendemos o banimento de agrotóxicos já proibidos em outros países, a suspensão da pulverização aérea, a eliminação de subsídios e isenção nos impostos para os agrotóxicos, destinando a arrecadação destes [impostos] ao fortalecimento dos sistemas agroecológicos, dentre outros.

Além de pedir o veto a um artigo que flexibiliza o uso de agrotóxicos, a presidenta da Consea também criticou uma proposta em tramitação no Congresso Nacional que visa a liberação de sementes suicidas. Acabamos de conseguir hoje (16/10) uma vitória parcial com a retirada de pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal do projeto de lei que autoriza a produção e comercialização de sementes transgênicas suicidas (PL 268/2007), disse.

Precisamos continuar mantendo uma grande mobilização, pois a retomada da proposta no Congresso também põe em risco a Moratória Internacional da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é parte, afirmou.

Costa do Marfim busca expertise brasileira em segurança alimentar. Mônica Simões – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 22/10/2013

Uma comitiva da Costa do Marfim esteve nesta terça-feira na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para conhecer mais detalhadamente a experiência brasileira de alimentação escolar, assim como as ações e programas na área de segurança alimentar e nutricional e de agricultura familiar. A delegação, liderada pela Ministra da Educação do país africano, Kandia Câmara, foi recebida pelo presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, que expôs os programas desenvolvidos pela Companhia e as políticas públicas voltadas para o atendimento social.

A comitiva marfinense contou também com a participação de outros membros do Ministério da Educação africano e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O convite foi intermediado pelo Centro de Excelência contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), e está previsto na parceria com o Governo Brasileiro.

A delegação da Costa do Marfim terá ainda outras reuniões em Brasília até o dia 31 de Outubro, quanto voltam ao seu país.

Distrito Federal lança plano com diretrizes locais de segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/10/2013

Ações buscam fortalecer o atendimento a famílias em insegurança alimentar e nutricional e envolver o governo e a sociedade civil no cumprimento do direito à alimentação adequada

Brasília, 23 – O Distrito Federal lançou nesta quarta-feira (23) o Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional, com ações que buscam fortalecer o atendimento a famílias em insegurança alimentar e nutricional e envolver o governo e a sociedade civil no cumprimento do direito à alimentação adequada da população. O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, participou do evento.

“Estamos construindo um sistema de trabalho com mecanismos de gestão, de planejamento, para alcançar metas estabelecidas entre o governo federal e a sociedade civil. Além de matar a fome da parcela da população que vive em insegurança alimentar, o plano também vai contribuir para que a alimentação nas escolas e nos equipamentos públicos seja o mais saudável possível”, destacou Arnaldo de Campos, ao ressaltar a importância dos planos estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.

A representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Elizabetta Recine, destacou que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) ganha mais corpo a partir da formalização dos planos estaduais. “O Sisan tem um pouco mais de concretude agora. O Plano é a institucionalização da parceria e o envolvimento de todos os setores do governo e da sociedade civil”, comentou.

O DF é a quarta unidade da federação a implementar um plano local nessa área. Ceará, Minas Gerais e Pernambuco são os outros três estados que já construíram seus planos estaduais com diretrizes para a execução das ações da área de segurança alimentar.

MDA participa de encontro internacional que avalia os dez anos de transgênicos no País – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/10/2013

A liberação do cultivo e a manipulação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) completa uma década de vigência no Brasil em 2013. Para debater a atual situação desse segmento, especialistas de várias entidades e movimentos sociais ligados ao tema participam, até esta quinta-feira (24), do Seminário internacional - 10 anos de transgênicos no Brasil. Realizado em Curitiba (PR), a iniciativa recebe o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A presença do MDA nos debates ocorre por meio do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade (GEA). Coordenada no Ministério pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead/MDA), a comissão é responsável por aprofundar o entendimento e qualificar os debates sobre conservação da agrobiodiversidade, riscos dos OGMs e a garantia dos direitos dos agricultores e consumidores. Atualmente, o GEA é composto por 20 pesquisadores, entre representantes do governo e da sociedade civil.

"O Nead e o MDA já dialogam essa temática dos transgênicos há anos, mesmo antes da liberação no Brasil. A gente entende que discutir os dez anos de liberação transgênica no Brasil é, inclusive, avaliar o acompanhamento que temos dado ao tema, em respeito à Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, que aponta para a criação de mecanismos de controle do cultivo e comercialização de produtos transgênicos e, também, para a adequação da legislação e dos instrumentos normativos atuais para que seja priorizado o cumprimento dos princípios do direito humano à soberania alimentar", avalia o coordenador executivo do Nead/MDA, Guilherme Abrahão.

Ao fim do seminário, marcado para esta quinta-feira (24), será consolidado um documento sobre os impactos dos transgênicos para a agricultura brasileira. As considerações serão encaminhadas para o Governo Federal.

O seminário é promovido, conjuntamente, pela organização de Direitos Humanos Terra de Direitos, a Fundação Heinrich Böll, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Plataforma Dhesca Brasil, através da Relatoria do direito à Terra, Território e Alimentação Adequada, Via Campesina e Red por Una America Latina Libre de Transgênicos (RALLT), além do GEA/MDA.

Produção de arroz, feijão, mandioca, laranja e algodão caíram em 2012. Alessandra Saraiva – Valor Econômico, Agronegócios. 25/10/2013

RIO - Os cultivos de arroz, feijão, mandioca, laranja e algodão encerraram o ano passado com quedas em suas produções. A informação consta da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o instituto, a produção de arroz recuou 14,3% no ano passado em relação a 2011, para 11,5 milhões de toneladas. No caso do feijão, a produção no ano passado totalizou 2, 79 milhões de toneladas, 18,6% menos que em 2011. Já a produção de mandioca diminuiu 9,1%, para 23,044 milhões de toneladas, enquanto a de laranja, com baixa semelhante, somou 18,012 milhões de toneladas.

Por fim, o algodão, com 4,9 milhões de toneladas no ano passado, teve queda de 2% em sua produção, em relação a ano anterior.

A pesquisa apurou ainda dados sobre fruticultura. Em 2012, o valor total da produção brasileira de 22 espécies de frutas foi de R\$ 21,1 bilhões, 6,5% inferior ao de 2011.

Liberação de transgênicos na mira do Ministério Público. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 28/10/2013

Está instalada uma disputa no processo de autorização para a venda de sementes transgênicas no Brasil. O impasse pode atrasar ou até mesmo impedir liberações comerciais de novas tecnologias desenvolvidas por grandes multinacionais como a Dow AgroSciences, DuPont do Brasil e Monsanto.

Até pouco tempo, apenas uma voz ativa dava as cartas na regulamentação do setor. Agora, no entanto, o mercado de transgênicos passa a ter no Ministério Público Federal (MPF) do Distrito Federal um local de questionamento das autorizações de comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM) concedidas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio).

O MPF está se colocando contra o método atual de análise do colegiado. No mês passado, recomendou à CNTBio, por meio de um ofício, a suspensão das liberações comerciais de sementes transgênicas até que fosse garantida "a participação da sociedade civil nas decisões" do órgão.

A pedido do autor do ofício, o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, o documento foi transformado em inquérito civil, "a fim de investigar possível ilegalidade na liberação comercial, pela CNTBio, de sementes de soja e milho geneticamente modificados que apresentam tolerância aos agrotóxicos 2,4-D, glifosato, glufosinato de amônio DAS-68416-4, glufosinato de amônio DAS-44406-6 e outros herbicidas".

Se as liberações com os produtos especificados forem proibidas, a Dow AgroSciences e a Monsanto serão as empresas mais prejudicadas. A primeira tem quatro dos cinco processos esperando a liberação da CNTBio com tecnologias resistentes aos produtos citados pelo procurador. A Monsanto tem apenas um processo de milho na fila de liberação, que inclui resistência ao glufosinato de amônio.

O foco principal de disputa está em torno do uso em grande escala do 2,4-D - ingrediente do "agente laranja", desfolhante usado pelo exército americano na Guerra do Vietnã. O pedido, feito pela Dow AgroSciences, encontra resistências de ambientalistas. A empresa alega que a fórmula do produto é diferente da usada no passado e está menos tóxica.

Em sua última reunião, no dia 17 de outubro, a CNTBio indeferiu o pedido feito por Lopes. Com isso, a disputa teve início. O procurador informou que irá realizar audiências públicas por conta própria para avaliar a percepção da população sobre o

tema em paralelo à comissão. Caso as informações colhidas sejam contrárias ao que for aprovado na CNTBio, o MPF pode pedir a anulação da autorização dada.

Fontes do setor agrícola temem que ativistas contrários aos transgênicos se unam para lotar as audiências públicas do MPF e "atrapalhar" o andamento da liberação de novas tecnologias OGM no país.

O pedido do MPF se amparou em um relatório do Grupo de Estudos de Agrobiodiversidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (GEA/MDA). O grupo afirmou que a liberação de organismos geneticamente modificados (OGMs) resistentes a defensivos agrícolas funciona como fator multiplicador do consumo de agrotóxico no Brasil.

Segundo o MP, a questão é "complexa" e os riscos precisam ser debatidos com a sociedade e o meio acadêmico. Lopes disse que a liberação comercial desses OGMs só é aceitável após uma avaliação aprofundada sobre os impactos diretos e indiretos que esse incentivo ao uso de agrotóxicos pode gerar no meio ambiente e no consumo humano.

De acordo com o presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira, que representa os produtores do grão, o MPF está se "intrometendo" no assunto. "O MPF não é um órgão técnico. Ele deveria fiscalizar as normas, procedimentos, processos legais e técnicos. O que ele quer hoje é avaliar as discussões técnicas que são tomadas por especialistas da área", disse.

"O MPF alega que a liberação vai efetivar o uso de defensivos agrícolas, mas é o contrário, pois o transgênico diminui o uso de defensivos. Alguém vai dizer que a tecnologia BT [contra lagartas] veio para aumentar o uso de defensivos?", emendou Silveira.

Produto da Monsanto é suspeito de aumentar casos de câncer na Argentina – Site do MST. 29/10/2013

Do Opera Mundi

Pesticidas fabricados pela Monsanto, indústria de agricultura norte-americana, são suspeitos de serem os responsáveis por problemas de saúde que vão desde defeitos congênitos a câncer na Argentina, segundo uma reportagem da AP (Associated Press) divulgada nesta segunda-feira (21/10). De acordo com a agência, a ausência de leis que regulem agrotóxicos levou ao uso incorreto deles no país, levando determinados estados a terem taxas maiores de câncer, por exemplo, que outros.

A reportagem aponta que, na província de Santa Fe, o centro da indústria argentina de soja, as taxas de câncer são de duas a quatro vezes mais altas que a média nacional. Apesar da proibição pela província do uso de pesticidas a menos de 500 metros das

áreas povoadas, a AP descobriu evidências de que químicos tóxicos são usados a apenas 30 metros das residências.

Em Chaco, a região mais pobre, a probabilidade de crianças nascerem com defeitos congênitos são quatro vezes maiores desde que a biotecnologia expandiu a agricultura.

“A mudança no modo como a agricultura é produzida trouxe, francamente, uma mudança no perfil das doenças”, afirmou à AP o pediatra Medardo Avila Vazquez. “Nós passamos de uma nação bastante saudável a uma com taxas altas de câncer, defeitos congênitos e doenças raramente vistas antes”.

Em resposta às reclamações, a presidente Cristina Kirchner criou em 2009 uma comissão para estudar o impacto de agrotóxicos na saúde humana. O relatório oficial pediu por “controles sistemáticos de herbicidas e seus componentes (...) Assim como exaustivos estudos em laboratório e em campo envolvendo formulações contendo uma substância química chamada glifosato, considerada quase inofensiva a seres humanos, e suas interações com outros químicos que são usados em nosso país”. Entretanto, a última reunião do comitê foi em 2010.

O secretário de Agricultura, Lorenzo Basso, afirmou que as pessoas estão desinformadas na Argentina. “Eu vi inúmeros documentos, pesquisas, vídeos, artigos nas notícias e nas universidades e, realmente, nossos cidadãos que leem isso ficam confusos e tontos”, disse. “Nosso modelo, como uma nação de exportação, tem sido questionado. Precisamos defender nosso modelo”.

A AP entrevistou o camponês Fabian Tomasi, que trabalhou bombeando pesticidas sobre plantações e, agora, sofre de problemas neurológicos. “Eu preparei milhões de litros de veneno sem nenhum tipo de proteção, sem luvas, máscaras ou roupas especiais”, afirmou. “Eu não sabia de nada. Só fiquei sabendo depois o que isso fez comigo, depois que contatei cientistas”.

O pesticida químico da Monsanto, Roundup, contém glifosato. A AP descobriu que esse composto está sendo usado na Argentina em uma série de maneiras que são “inesperadas pela ciência reguladora ou especificamente proibidas pela legislação vigente”.

Em resposta à pesquisa da agência, a Monsanto divulgou um comunicado dizendo que “não tolera o uso indevido de pesticidas ou a violação de qualquer lei de pesticidas, regulamento ou decisão judicial”. “A Monsanto leva a administração de produtos a sério e nós nos comunicamos regularmente com nossos clientes sobre uso adequado dos nossos produtos”, afirmou o porta-voz Thomas Helscher, em nota.

Na reportagem, a AP afirma que pode ser impossível provar que um composto químico específico causou a doença de um indivíduo. Mas, médicos consultados têm cada vez mais pedido por pesquisas mais amplas, a longo prazo e independentes, dizendo que os

governos deveriam fazer a indústria provar que agrotóxicos acumulados não estão deixando as pessoas doentes.

A Argentina foi um dos primeiros países a adotar a biotecnologia da Monsanto para aumentar sua produção agrícola. Com esses produtos, o país se tornou o terceiro maior produtor de soja no mundo. Atualmente, as plantações de soja são inteiramente modificadas pelos produtos químicos, assim como a maior parte das de milho e algodão.

Programa auxilia agricultor na utilização de agrotóxicos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 29/10/2013

Desenvolvido pela Embrapa, software permite a análise da distribuição de gotas no processo de pulverização

A Embrapa Meio Ambiente e Embrapa Informática Agropecuária desenvolveram um programa de computador que auxilia os agricultores a obterem os parâmetros adequados de deposição de agrotóxicos nos alvos desejados. O Sistema Gotas (versão 2.2) é gratuito e contribui também para o combate à lagarta *Helicoverpa armigera*.

O software normalmente utiliza o cartão comercial sensível à água, produzido pela fabricante Spraying Systems Co e disponível no mercado. O seu uso é recomendado porque o programa apresenta um sistema de correção de fator de espalhamento desenvolvido especificamente para ele. Ao calibrar a deposição de gotas de pulverização de produtos químicos ou biológicos nas culturas, o agricultor evita desperdícios e danos ao utilizar os defensivos.

O programa deve ser instalado em versões Windows 32 e 64 bits, o que exige a instalação do programa Java JRE. Há ferramentas para recortar determinadas áreas da amostra selecionada, para salvar e recuperar o experimento inteiro com todas as imagens das amostras analisadas e para eliminar as amostras indesejadas.

Doação de Cestas de Alimentos beneficia 371 mil famílias carentes – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 29/10/2013

Entre janeiro e setembro deste ano a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) distribuiu 1.186 mil de cestas de alimentos para 371 mil famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. As doações ocorreram no âmbito da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos (ADA), coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizada pela estatal. Essa quantidade de cestas corresponde a 29.338 t de alimentos.

As cestas foram entregues a acampados (478 mil), quilombolas (168 mil), terreiros (67 mil), atingidos por barragens (78 mil), indígenas (264 mil), marisqueiras/caranguejeiras/pescadores artesanais (47 mil), vítimas de calamidades (34

mil) e outras comunidades tradicionais (50 mil). A operação vem sendo executada desde 2003 e é fruto de parceria firmada entre a Conab e o MDS. (Antônio Marcos da Costa / Conab)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa